



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 334/13



Inserir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná o Festival (de) Gastronômico e Cultural de Inverno de Campo Magro.

Art. 1º - Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival Gastronômico e Cultural de Inverno de Campo Magro, realizado anualmente no mês de junho, no Município Campo Magro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2013.

  
Ney Leprevost  
Deputado Estadual/PSD

**Justificativa:**

O Festival Gastronômico e Cultural de Inverno de Campo Magro, é um importante evento, que apresenta a cultura e as tradições gastronômicas do município e contribui para o desenvolvimento do turismo e da economia da cidade,

15:00 05/08/2013 006522 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Deputado Estadual Ney Leprevost

Líder da Frente Estadual da Saúde e Cidadania  
Presidente da Comissão de Esportes





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 334/2013**

Projeto de Lei nº. 334/2013

Autor: Deputado Ney Leprevost.

**Súmula:** Insere no calendário de Eventos do Estado do Paraná o Festival Gastronômico e Cultural de Inverno de Campo Magro.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O FESTIVAL GASTRONÔMICO E CULTURAL DE INVERNO DE CAMPO MAGRO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Festival Gastronômico e Cultural de Inverno de Campo Magro.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:  
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Casa:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Anibal khury  
Gabinete Deputado Tercilio Turini



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, caput, que compete ao Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões em 14/04/14

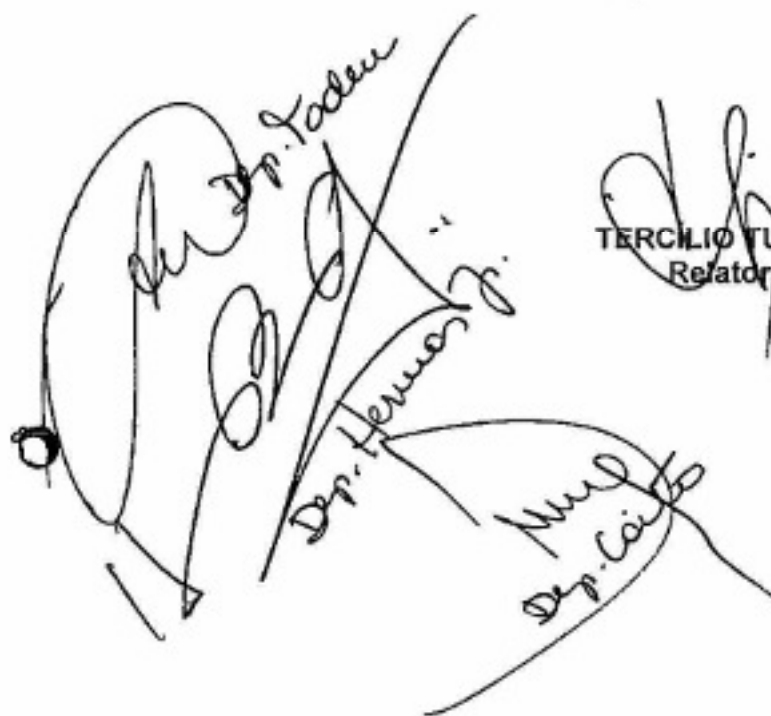
  
NELSON JUSTUS  
Presidente

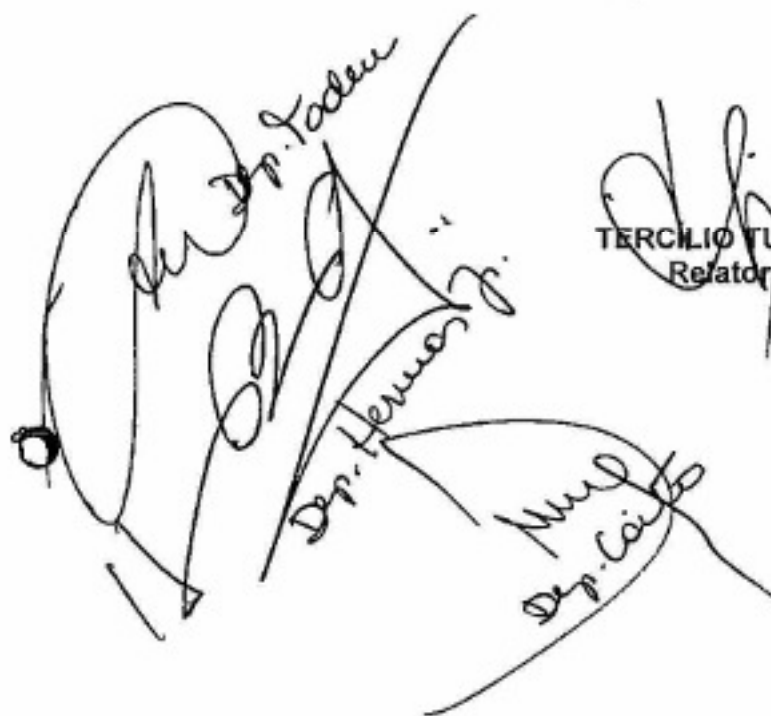
  
TERCÍLIO TURINI  
Relator

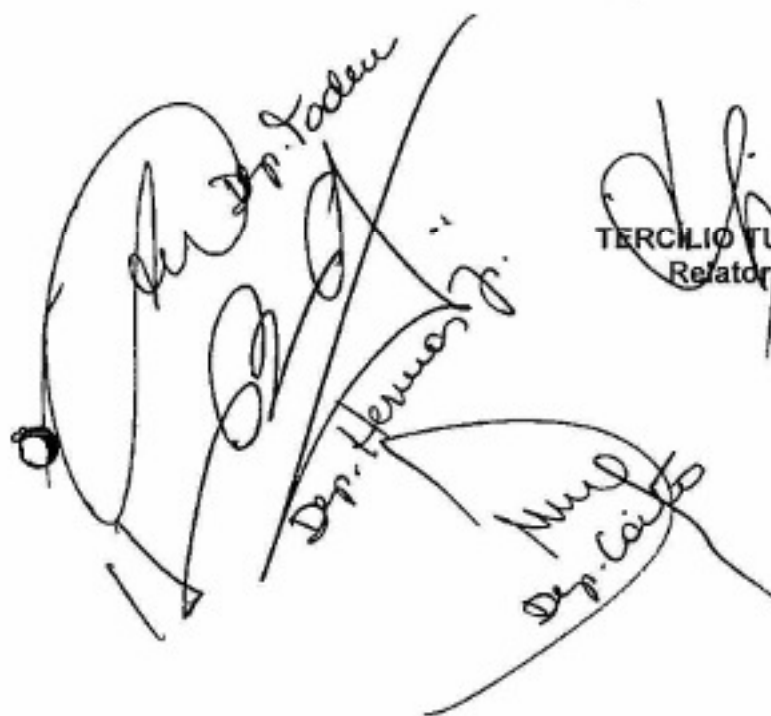
  
Dep. Scavone


  
Dep. Moisés

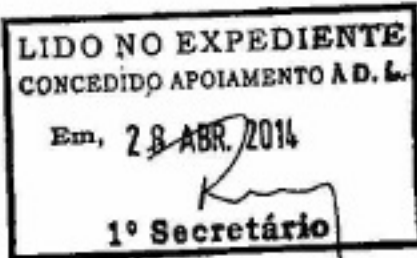
  
Dep. Pastor

  
Dep. Faleiro

  
Dep. Hermenegildo

  
Dep. Calt

APROVADO  
14/04/14 



**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE "PREFEITO DANIEL WUTZKE" À RODOVIA PR-589, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA E O DISTRITO DE NOVO SARANDI, NO MUNICÍPIO DE TOLEDO É DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º** - O logradouro público, sito na região oeste do estado do Paraná, ora denominado PR-589, passa a ter a seguinte denominação no trecho compreendido entre a sede do município de Nova Santa Rosa e o distrito de Novo Sarandi, no município de Toledo:

**I** - Prefeito Daniel Wutzke.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Cury  
28 de abril de 2014

  
**ADEMIR BIER**  
Deputado Estadual

*Justificativa anexa*



### **Justificativa**

Tendo nascido em 13 de maio de 1932, em Santa Rosa, no interior do Rio Grande do Sul, Daniel Wutzke foi um dos mais importantes cidadãos da história do jovem município de Nova Santa Rosa, no qual foi viver em 1963.

Dentre os quatro filhos resultantes de seu casamento com a sra. Any Rhode Wutzke, trabalhadora da agricultura, há que se destacar o nome do educador Geraldo Wutzke, que também participou ativamente da vida pública do município.

Destacado entre os professores pioneiros da região oeste, mesmo com a pouquíssima estrutura disponibilizada à época, tinha grande apreço pelo ato de educar, tendo atuado por quase três décadas em sala de aula, sempre na escola pública.

Em função de sua grande popularidade, carisma e seriedade para com as questões daquela recentemente emancipada cidade, foi eleito vereador ainda no ano de 1976, naquele que seria o primeiro sufrágio direto do município.

Antes de acabar a primeira legislatura (que durou até 1982), tornou-se presidente da Câmara de Vereadores para o biênio 1979/1980, sendo o segundo da história de Nova Santa Rosa a ocupar tal cargo.

Seu olhar atencioso para as questões pertinentes ao ensino fez com que fosse convidado a ocupar a Secretaria Municipal de Educação, época em que foram construídas e reformadas muitas salas de aula, ampliando a capacidade de receber alunos do sistema público.

Eleito vice-prefeito na chapa encabeçada por João Emilio Modes, em 1º de janeiro de 1989 foi empossado no cargo para o exercício que duraria até o final de 1992, tendo ocupado interinamente o cargo de prefeito em diversas ocasiões.

Não demorou para que o clamor popular o levasse novamente ao paço municipal, dessa vez na condição de prefeito de Nova Santa Rosa, entre 1997 e 2000, período até hoje lembrado pelos cidadãos como de grande pujança e muitas transformações.

Uma grande alegria que certamente foi somada à sua história reside no fato de que seu filho, Geraldo Wutzke, ficou marcado como um dos mais atuantes edis paralelamente ao exercício do seu mandato junto ao Executivo.

A história de amor pela cidade fez com que lhe concedessem o Título de Cidadão Honorário em 09 de Outubro de 2001, em reconhecimento a todos os seus préstimos, fato que se repetiu quando foi decretado luto oficial por ocasião de seu falecimento, em 05 de setembro de 2007, quando contava 75 primaveras.

Não obstante todos argumentos aqui apresentados, corrobora para a aprovação do presente Projeto de Lei alusivo à nomeação da PR-589 no trecho que liga a sede do município de Nova Santa Rosa ao distrito de Novo Sarandi, no município de Toledo, o fato do homenageado ter residido às margens da referida via durante toda sua permanência naquele município.

Diante do exposto em tela, rogo aos meus pares pela apreciação da presente





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 192/2014**

**Projeto de Lei n.º 192/2014**

**Autores:** Deputado Ademir Bier

**SÚMULA:** Dispõe sobre a denominação de "Prefeito Daniel Wutzke" à rodovia PR-589, no trecho compreendido entre a sede do Município de Nova Santa Rosa e o Distrito de Novo Sarandi, no Município de Toledo e dá outras providências.

**EMENTA:** RETORNO DE DILIGÊNCIA.  
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE  
AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE  
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO  
DER INFORMANDO QUE A RODOVIA NÃO POSSUI  
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.  
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.  
PARECER FAVORÁVEL

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Ademir Bier, tem por objetivo denominar de "Prefeito Daniel Wutzke" à rodovia PR-589, no trecho compreendido entre a sede do município de Nova Santa Rosa e o Distrito de Novo Sarandi, em Toledo.





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos.

Art. 65 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia.



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.


Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM - DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

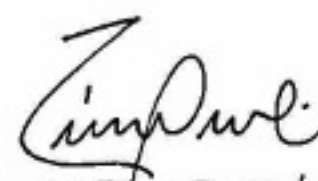
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de Julho de 2014.

  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
BERNARDO RIBAS CARLI  
RELATOR

  
TANAU  
DEP. SCANAVACCA

  
DEP. CAIO


  
DEP. TRAINOR

  
DEP. PERICLES

  
DEP. PASTOR  
Edson.

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI  
PRACA NOSSA SENHORA DE SAO LUIZ, 644 - GABINETE 802, CENTRO CIVICO, 80530-911, CURITIBA, PR | F 55 41 3550-4298

**APPROVADO**  
15.07.14

  
DEP. PEDRO LUPION